

A INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO NO POLO DE OEIRAS DO PARÁ DO CAMPUS DE CAMETÁ – UFPA

THE INTERNALIZATION OF THE PUBLIC UNIVERSITY: A STUDY IN THE OEIRAS DO PARÁ CAMPUS OF CAMETÁ - UFPA

Ruth Lisboa Pantoja¹

João Batista do Carmo Silva²

Resumo: Este texto apresenta os resultados do projeto intitulado “A Interiorização da Universidade Pública: um estudo no polo de Oeiras do Pará do Campus de Cametá – UFPA”. Este projeto estrutura-se em torno da ideia de investigar a difícil trajetória da maioria dos jovens, entre a “escola pública” de Ensino Médio e a “universidade pública”. O objetivo da pesquisa é identificar e analisar os números de vagas ofertadas nas universidades públicas do Estado do Pará, especialmente, no Campus de Cametá. A pesquisa se configura dentro da abordagem qualitativa, sendo desenvolvida em três fases, que englobam a revisão de literatura, pesquisa de campo e a sistematização e análise dos dados. Conclui-se que essa pesquisa, nos possibilita entendermos o contexto que estão inseridos esses jovens, as transformações nas demandas e nas práticas escolares, assim como, no perfil dos estudantes na sociedade contemporânea, que explicitam uma necessidade de políticas educacionais em todos os níveis do ensino brasileiro, principalmente no ensino superior.

Palavras-chave: Escola Pública. Universidade Pública. Interiorização.

Abstract: This text presents the results of the project entitled “The Interiorization of the Public University: a study in the Oeiras do Pará pole of the Campus de Cametá – UFPA”. This project is structured around the idea of investigating the difficult trajectory of most young people, between the “public high school” and the “public university”. The objective of the research seeks to identify and analyze the number of vacancies offered in public universities in the State of Pará, especially in the Cametá Campus. The research is configured within the qualitative approach, being developed in three phases, which include the literature review, field research and the systematization and analysis of data. It is concluded that this research allows us to understand the context in which these young people are inserted, the transformations in demands and school practices, as well as in the profile of students in contemporary society, which make explicit a need for educational policies at all levels of education. Brazilian education, mainly in higher education.

Keywords: Public school. Public university. interiorization.

1 Pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Universitário do Tocantins, Cametá, Pará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5532681723390693>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5672-556X>. E-mail: ruthlisboa2@gmail.com

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins, vinculado à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PP-GEDUC), Cametá, Pará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5437954641195296>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3170-4735>. E-mail: jbatista@ufpa.br

Introdução

Este texto apresenta os resultados do projeto intitulado “A Interiorização da Universidade Pública: um estudo no polo de Oeiras do Pará do Campus de Cametá (UFPA)”, onde sua execução está atrelada ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre universidade na Amazônia.

Este texto estrutura-se com os seguintes objetivos: 1) Analisar as contribuições e os desafios da interiorização do Polo de Oeiras do Pará, do Campus de Cametá da Universidade Federal do Pará, no período de 2018 e 2021; 2) Analisar as contribuições da política de extensão, a política de cotas e a assistência estudantil, no que tange ao acesso e permanência nos cursos de graduação do Polo de Oeiras do Pará, do Campus de Cametá da Universidade Federal do Pará. De acordo com Lakatos e Marconi (1990) “[...] os objetivos específicos apresentam caráter mais concreto. Tem função intermediária e instrumental, permitindo atingir o objetivo e aplicá-lo”.

O texto estrutura-se em torno da ideia de investigar a difícil trajetória da maioria dos jovens, entre a “escola pública” de Ensino Médio e a “universidade pública”, como ocorre no caso de muitos alunos do Curso de Pedagogia, bem como no âmbito de muitos outros cursos do Campus de Cametá. Este é contexto dentro do qual articula-se o processo de interiorização do Campus de Cametá. Ou interiorização da interiorização, forjada em uma concepção de universidade multicampi que estrutura as ações da UFPA no âmbito de suas inserções regionais.

Nesse sentido, sabemos que a Universidade Federal do Pará é uma instituição bastante importante para a Amazônia, ela se destaca pela sua dinâmica de interiorização, sendo capaz de dialogar com o estado através de seus campi.

E de acordo com Costa (2017), no contexto da Educação Superior Paraense, a interiorização representava o único processo capaz de materializar a garantia do direito a educação superior a uma parcela significativa da população brasileira, a interiorização realizada pela UFPA tornou real o sonho de milhares de jovens brasileiros paraenses, inclusive, de ingressarem em uma IES pública para cursar educação superior. Melhor, fazer isso, o mais próximo possível das suas residências, superando a impossibilidade do deslocamento para os grandes centros urbanos.

Metodologia

A pesquisa se configura dentro da abordagem qualitativa, desenvolvida em três fases, que englobam a revisão de literatura, pesquisa de campo e a sistematização e análise dos dados. Na abordagem qualitativa, segundo Guerra (2014), “o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação” (GUERRA, 2014, p. 11).

Nesse sentido, foi possível reunir informações detalhadas dentro do contexto da realidade dos alunos oriundo das escolas públicas de Ensino Médio localizadas no município de Oeiras do Pará.

A primeira fase está relacionada à revisão de literatura, tendo a finalidade de realizar um levantamento bibliográfico sobre as categorias: Universidades Públicas, Universidade Multicampi, Interiorização, acesso e permanência. Possibilitar-se-á, dessa forma, uma reflexão acerca dos desafios do passado e presente para a efetivação desse modelo de educação no Brasil.

A pesquisa bibliográfica tem como finalidade identificar os debates que vêm sendo realizado em

torno da temática da pesquisa, fazendo uso de teses, dissertações, artigos, revista científica e periódicos onde buscaram autores que tragam elementos que possam contribuir para que o pesquisador obtenha um aparato teórico mais aprofundado da pesquisa. Essa fase foi de extrema importância, pois tem como objetivo referenciar-nos teoricamente e fornecer um esquema completo o suficiente para que a pesquisa possa desenvolver-se de forma eficaz. De acordo com Gil (2009), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Os principais autores que ajudaram a constituir essa revisão da literatura foram: Chauí (2001), Severino (2002), Kunz (1999), Almeida (2001), Canavez e Donadeli (2016), Coelho (1998), Dourado (2001), Coelho (2008), Silva (2020), e outros.

Na fase da pesquisa de campo, buscou-se compreender a realidade dos sujeitos da pesquisa, pois, segundo Severino (2007), o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio, nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem. Sendo assim, diretamente observados, foi adotado, como instrumento de coleta de dados, o questionário (ainda não realizada), que é uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados, havendo uma interação, onde o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007).

Por fim, realizou-se a sistematização e a apreciação dos dados coletados de todas as etapas da pesquisa, com base na análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações pontuadas na pesquisa de campo, que tende a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das comunicações indicadoras, a indução e a conclusão dos conhecimentos referentes às categorias de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2011).

Toda metodologia tem papel importante no processo de investigação, pois serve como guia a orientar o percurso, o caminho que responderá os questionamentos, ajudando na tomada de decisões importantes, na escolha de instrumentos ou técnicas apropriadas que melhor expliquem o significado do objeto analisado (COELHO, 2008).

Desenvolvimento, resultados e discussão

Entendemos que a meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei N°. 13.005/2014), busca “ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do país no 5° (quinto) ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio”. Mas, desconsiderando a imensurável importância dessa meta para a implementação e melhoria da educação pública no Brasil, o Governo Federal aprovou, em 2016, a Emenda Constitucional n° 95/2016, que congela por vinte exercícios financeiros os investimentos na área social no Brasil, inclusive na área da educação, fato esse que torna inexecutável o atendimento dessas metas.

Essa realidade torna-se ainda mais grave na Região Amazônica, mais especificamente no estado do Pará. Soma-se a essa problemática a disparidade entre o número de alunos egressos do Ensino Médio e o número de vagas nas universidades públicas brasileiras. Os dados mostram um número muito pequeno de vagas nas universidades públicas para a grande demanda de alunos oriunda do Ensino Médio que busca as universidades.

Não existem, no Brasil, políticas públicas educacionais que trabalhem a resolução dos problemas de forma integrada, por meio das quais se busque alternativa de problemas estruturais da educação brasileira que perpassam a educação básica e a educação superior, além da ausência de uma política que possibilite a criação de um sistema nacional de educação e não, de outro modo, a justaposição de partes fragmentadas constituídas pelas redes federal, estadual e municipal de ensino pelo Brasil. Só para ter uma ideia dessa realidade, no Pará, a Secretaria de Estado de Educação utiliza uma estrutura de gestão

formada por 40 diretorias (22 Unidades Regionais de Ensino [URE] e 18 Unidades SEDUC na Escola (USE) na URE - Belém), a fim de fazer a gestão de 841 escolas e 532,222 matrículas, em 2022.

A 2ª URE - CAMETÁ é responsável pela gestão da oferta do Ensino Médio na região, o qual manifestasse em várias modalidades de oferta: Ensino Médio Regular, SOME, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, PROEJA, MUNDIAR e EJA.

A 2ª Unidade Regional de Ensino - URE, localizada no município de Cametá, é a representação da Secretaria de Estado de Educação na região do Baixo Tocantins e abrange os seguintes municípios: Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro de Ajuru, Mocajuba e Baião. Sob a sua jurisdição, encontram-se 14 (quatorze) escolas de Ensino Médio da rede pública estadual de ensino.

De acordo com a Tabela 1 no município de Oeiras do Pará, especificamente, localizam-se 01 (uma) escolas de Ensino Médio, que é a EEEM Raimundo Ribeiro da Costa.

Tabela 1. Total de municípios, escolas e número de matrículas, em 2022, da 2ª URE

MUNICÍPIO	TOTAL DE ESCOLAS	TOTAL DE ANEXOS	TOTAL DE VINCULADOS	TOTAL DE MATRICULAS	TOTAL DE MATRICULA AEE	TOTAL CENSO 2019	PERC %
BAIÃO	1	0	1	1.846	9	0	0
CAMETÁ	7	0	0	5.945	28	0	0
LIMOEIRO DO AJURU	2	0	0	1.559	2	0	0
MOCAJUBA	1	0	0	1.919	13	0	0
OEIRAS DO PARÁ	1	0	0	1.196	4	0	0
TOTAL DA URESS	12	0	1	12.465	56	0	0

Fonte: Seduc, 2022.

Esses dados demonstram que é preciso ampliar, significativamente, o número de vagas nas universidades públicas, no sentido de dar conta da demanda oriunda do Ensino Médio no estado do Pará e, mais especificamente, no município de Oeiras do Pará. Do contrário, muitos alunos terão grandes dificuldades de ingressar na universidade.

Além desse problema quantitativo, oriundo do pequeno número de vagas nas universidades, o Ensino Médio Paraense enfrenta dificuldades no que tange à infraestrutura, ausências de espaços pedagógicos, falta de equipamentos, falta de acesso à internet, e inúmeros outros problemas. Além desses problemas, a universidade pública, conforme aqui explicitado, não obstante a sua importante função na sociedade, sofre crises financeiras que geram muitos problemas para a implementação de efetivas ações acadêmicas.

A universidade pública brasileira tem, historicamente, se apresentado como instrumento de produção de ciência e tecnologia. Mas por outro lado, vem enfrentando profundas dificuldades no que tange à sua capacidade de ampliar o número de vagas, assim como de sair dos grandes centros urbanos e chegar nas pequenas e médias cidades do interior de regiões como a Amazônia.

Os dados apresentados a seguir (Tabela 2) demonstram essas dificuldades, refletidas nas imensuráveis disparidades entre o número de inscritos, egressos do Ensino Médio das escolas públicas locais, e o reduzido número de vagas ofertadas nas universidades públicas paraenses.

Tabela 2. Números de vagas ofertadas e quantidade de inscritos no ano 2021/2022.

Instituição Pública	2021		2022	
	Vagas Ofertadas	Quantidade de Inscritos	Vagas Ofertadas	Quantidade de Inscritos
UFPA	7.355	80.728	7.531	54.394
UEPA	3.838	46.732	3.750	48.671
UFRA	2.190	41.080	2.240	32.422
UFOPA	1.405	7.108	0	0
UNIFESSPA	1.425	18.020	1.375	16.856

Fonte: Autores, 2022.

De acordo com os resultados da tabela 2, verifica-se que, no processo seletivo de 2021, a Universidade Federal do Pará ofertou um total de 7.355 vagas, obtendo um total de 80.728 candidatos inscritos. No processo seletivo de 2022 da Universidade Federal do Pará, foram ofertadas 7.531 vagas, sendo que houve 54.394 candidatos inscritos nesse processo seletivo. Ou seja, houve um aumento de 176 vagas e uma queda de 26.334 candidatos inscritos nesse processo seletivo.

No processo seletivo de 2021 da Universidade Estadual do Pará, foram ofertadas 3.838, com 46.732 candidatos inscritos neste processo seletivo 2021 (Tabela 2). No processo seletivo de 2022, da mesma Universidade, foram ofertadas 3.750, com 48.671 candidatos inscritos. Ou seja, houve uma diminuição de 88 vagas e um aumento de 1.939 candidatos inscritos nesse processo seletivo.

Verifica-se, ainda, na tabela 2, que no processo seletivo de 2021 para o SISU da Universidade Rural da Amazônia, foram ofertadas 2.190 vagas, obtendo-se 41.080 candidatos inscritos nesse processo seletivo. No processo seletivo de 2022 para o SISU, da mesma Universidade, foram ofertadas 2.240, com **32.422** candidatos inscritos. Percebeu-se que teve um aumento de 50 vagas ofertada e uma diminuição de 8.658 de candidatos inscritos.

Nos processos seletivos de 2021 da Universidade Federal do Oeste do Pará foram ofertadas 1.405 vagas, com 7.108 candidatos inscritos no processo 2021 (Tabela 2). Aqui na Ufopa, quando estávamos coletando esses dados a universidade ainda não tinha divulgado os dados de 2022.

De acordo com a tabela 2, A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará ofereceu 1.425 vagas, com 18.020 candidatos inscritos no SISU 2021/1. Nos Sisu 2022/1 da mesma Universidade, foi ofertado um total de 1.375 vagas, com um total de **16.856** candidatos inscritos. Aqui teve uma redução 50 vagas ofertadas, e teve um aumento de 16.856 de candidatos inscritos.

Para descrever a quantidade de inscritos e a quantidade de vagas ofertadas em processos seletivos de instituições públicas do estado do Pará, foi aplicada, também, a análise exploratória de dados³ (BUS-SAB; MORETTIN, 2013) nas informações retiradas dos sites dessas próprias instituições públicas, que são informações referentes aos processos seletivos de 2021 e 2022. Os dados coletados de cada site foram inseridos em uma planilha eletrônica do Excel 2016, visando à construção do gráfico.

Destaco aqui, que com a implementação do projeto de interiorização no município de Oeiras do Pará, é extremamente necessário, uma vez que foi por meio desse importante processo que inúmeros sujeitos localizados nos municípios e nas proximidades puderam e podem ter acesso ao ensino superior. Foi esse procedimento que possibilitou, aqui, a análise das contribuições da interiorização para o processo formativo, pois sem esses meios muitos dos docentes e discentes que ocupam hoje os espaços das instituições não teriam “feito” universidade, se não houvesse universidade implantada nesses locais, o que reflete nos inúmeros pais de estudantes que não conseguiram cursar o ensino superior por falta de condições.

De acordo com CUTINS (UFPA, 2017), O **Polo Universitário de Oeiras do Pará**, foi criado

3 Obs-1: Na UFRA e UNIFESSPA de 2021 e 2022 foram usados os dados referentes a inscrição no Sisu. Obs-2: Na Ufopa ainda não se realizou o processo seletivo 2022.

através do convênio entre Prefeitura e UFPA/Campus Universitário do Tocantins, assinado no ano de 2011, na administração do Prefeito Edivaldo Nabiça Leão, do Reitor da UFPA Prof Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy e do Coordenador do Campus de Cametá Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva. A primeira Turma de Pedagogia/2011 iniciou no dia 02 de janeiro de 2012, tendo como primeiro docente o Prof. José Pedro Garcia. No dia 07 de março de 2016, na administração do Prefeito Elly Marcos Rodrigues Batista, foi assinado o Termo de Cooperação entre Prefeitura e campus Universitário do Tocantins/Cametá, representado pelo atual Coordenador Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues.

Neste, já foram ofertadas 14 turmas, disponibilizando mais de 480 vagas, e já foram formadas 10 turmas (mais de 350 alunos) (CUTINS-UFPA, 2017).

Atualmente a coordenação do polo é administrada pelo Prof. Francinei Andrade Amaro. Localizada na EMEF Mario Arcanjo Da Costa. Rua Honório Bastos 1224, Bairro: Marituba, CEP 68470-000, Oeiras do Pará - Pará – Brasil (CUTINS-UFPA, 2017).

Os dados obtidos são em relação aos cursos em andamento no polo de Oeiras do Pará como mostra na tabela 03.

Percebe-se que no polo de Oeiras do Pará, existe quatros cursos em andamento, que são: Geografia- Intensivo-2018, Letras - Inglês- Intensivo-2018, Matemática- Intensivo- 2018, Letras- Português- Intensivo-2021.

Ao analisar o gráfico percebemos que no ano que foi ofertado os cursos foram 40 vagas preenchidas, hoje percebe-se que teve diminuição de número de discentes matriculados, em geografia 2018 de 40 discentes reduziu para 33 discentes, em letra-inglês 2018 de 40 discentes reduziu para 31 discentes, matemática 2018 de 40 discentes para 13 discentes matriculados, dando ênfase, isso quer disser que que 67,5% dos discente não estão matriculado no curso e em letras- Português 2021 de 40 reduziu para 28.

Tabela 3. Cursos em Andamento no Polo de Oeiras do Pará

Cursos em Andamento no Polo de Oeiras do Pará	2018/2021	2022
	Vagas Preenchidas	Matriculados
GEOGRAFIA- INTENSIVO-2018	40	33
LETRAS - INGLES- INTENSIVO-2018	40	31
MATEMATICA- INTENSIVO- 2018	40	13
LETRAS- PORTUGUES- INTENSIVO-2021	40	28

Fonte: Autores, 2022.

Os problemas quantitativos, oriundo do pequeno número de vagas nas universidades, além das reduções de números de matriculados, a universidade pública, conforme, não obstante a sua importante função na sociedade, sofre crises financeiras que geram muitos problemas para a implementação de efetivas ações acadêmicas.

Dessa forma, entende-se que as políticas de acesso e permanência ainda são um desafio para todas as universidades públicas, exigindo políticas públicas do Governo Federal para fortalecimento dessas instituições e ampliação de suas políticas de assistência estudantil.

Faz-se necessário destacar as especificidades e assimetrias regionais presentes no Brasil, que tornam a existência da universidade na Amazônia desafiadora. Essas assimetrias se materializam na falta de investimento, dificuldade de ampliação do número de vagas (conforme demonstrado nos dados acima), falta de infraestrutura de acesso às tecnologias e precariedade no Ensino Básico. Soma-se, ainda, a essa realidade, os ataques ideológicos de segmentos conservadores, elitista da sociedade e do Governo Federal atual.

Por outro lado, pode-se afirmar que os objetivos básicos da universidade, segundo Saviani (2007), são: Encarado o homem no contexto situação-liberdade-consciência; encarada a universidade como uma

instituição educativa; encarada essa instituição com as funções específicas de conservação, criação, transformação e transmissão de cultura, vê-se que ela deverá ser, por excelência, um órgão de pesquisa e ensino. Para que, entretanto, desenvolverá a universidade a pesquisa e ensino? Se educação é promoção do homem; se o homem realiza as suas potencialidades na e a partir da situação; se sua capacidade de intervir na situação depende do grau de consciência que possui em relação à sua situação, a universidade estará em condições de desempenhar suas funções se e somente se for capaz de formar profissionais: a) com uma aguda consciência da realidade em que vão atuar; b) com uma adequada fundamentação teórica que lhes permita uma ação coerente; c) com uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilite uma ação eficaz.

A universidade é antes de tudo uma instituição educacional e criadoras de conhecimento, há a necessidade de ampliar as políticas públicas para atender às crescentes necessidades dos estudantes, principalmente os necessitados, e o desenvolvimento de pesquisas necessárias para os países que dependem dessas instituições. O ensino superior deve ser visto como um bem público. Embora seja necessário financiamento de várias fontes, o apoio público ao ensino superior e à investigação continua a ser essencial. No que diz respeito à gestão e financiamento do ensino superior, estes devem ser instrumentos para melhorar a sua qualidade e relevância. Desta forma, como instituição educativa, e com a prática articulada do ensino, da pesquisa e da extensão, a universidade pública ajudará no desenvolvimento do país.

A universidade é uma instituição social e, como tal, expressa de alguma forma como a sociedade como se estrutura e funciona. Além disso, precisa atuar com base no reconhecimento público e na sua atribuição, não divorciada da ideia de democracia e da democratização do conhecimento, com base em seu compromisso com a produção, para desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento de sua região, proporcionando a socialização do conhecimento, com base no processo dinâmico e permanente de diálogo social.

Desde a década de 1990, com a reforma do Estado Brasileiro, existe uma tendência de privatização e mercantilização, materializada pelas parcerias público-privadas e pelo afrouxamento da legislação para as faculdades privadas. A ideia de uma universidade que busque atender as demandas sociais, constituindo-se como uma instituição que se ocupa do conhecimento cidadão, da democracia e da solidariedade, é questão excluída do projeto mercantil das indústrias do conhecimento. Trata-se da superação da universidade “para” classes populares, em favor da construção de uma perspectiva de universidade “com” as classes populares.

A inserção no ensino superior público federal dos estudantes afastados dos centros metropolitanos tornou-se possível em algumas regiões do país através Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Esse projeto foi implementado com o propósito de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas instituições federais (SILVA et al., 2018).

Na busca dessa perspectiva, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2010). O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Para aprofundar este estudo, procuramos integrar vários autores para que pudéssemos construir um referencial teórico suficiente para articularmos o mesmo, principalmente para nortear-nos nas categorias discutidas no levantamento bibliográfico, que fazem parte desta pesquisa e que fazem nós compreendermos melhor o teor da pesquisa, as categorias são: Universidades Públicas, Universidades Multicampi, Interiorização, Acesso e Permanência.

A universidade é uma instituição social e, portanto, está inserida na sociedade. Isso significa como

adverte Chauí (2001, p. 35), que ela “[...] não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Conhecer o que faz uma universidade é, portanto, um dos caminhos para sabermos o que a sociedade deseja da universidade e o que ela, efetivamente, responde a esses anseios.

E para que esse aspecto ocorra o conhecimento produzido na academia como parte humanizadora do homem precisa ser fertilizado com o meio social como afirma Severino (2002), o conhecimento produzido, para se tornar ferramenta apropriada de intencionalidades das práticas mediadoras da existência humana, precisa ser disseminado e repassado, colocado em condições de universalização.

É por isso que esta pesquisa é importante, afim de conhecer quais os anseios da sociedade e de que modo a universidade pode intervir para poder solucionar o problema. A pesquisa com egressos se apresenta, diante das necessidades de conhecimento em que a Universidade dever exercer com a sociedade.

Segundo Kunz (1999), a universidade tem como função principal formar um cidadão, desenvolvendo sua consciência crítica, contribuindo para o desenvolvimento humano, para o bem-estar da sociedade, para o bom funcionamento das relações sociais, para a reflexão dos valores. Não podendo ela se manter independente daquilo que lhe dá razão de existir a formação de novos profissionais.

Para Almeida (2001), as universidades tem por finalidade a produção de conhecimento, por intermédio da ciência e a transformação desse conhecimento em bens e produtos e de responsabilidade da tecnologia e das organizações. Porem transformar o conhecimento em novas competências, principalmente das novas gerações, e missão das universidades.

Ou seja, a educação superior, mais do que preparar o indivíduo para o exercício de uma profissão, estimula o pensamento reflexivo, valoriza a responsabilidade social e incentiva a criação do conhecimento e a promoção da cultura e os valores humanos.

Além disso, a sociedade moderna reclama, cada vez mais, um maior nível de instrução das pessoas, para competirem no acirrado mercado de trabalho. Quando isto não ocorre o país fica entregue ao subdesenvolvimento. Em razão de tudo isto, é fundamental que o Estado garanta às pessoas as condições de ingressarem no ensino superior, (CANAVEZ; DONADELI, 2016).

Para maioria dos jovens, conseguir acesso à universidade representa um grande passo para um processo formativo profissional, científico e cidadão (SAVIANI, 2007), assim como, voltado para a inserção consciente no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. No entanto, tem-se observado que para muitos estudantes, o ensino superior é apenas um sonho, com barreiras de entrada que parecem intransponíveis.

As dificuldades de acesso começam com uma alta relação candidato/vaga em universidades públicas e passam pelo fato dos estudantes oriundos das escolas públicas (que representam a maioria dos alunos do ensino médio), não possuírem os recursos financeiros necessários para custear o ensino privado.

O sistema público de ensino superior está cercado de inconsistência; a carga tributária é suportada pelo contribuinte brasileiro é alta, e nem todos tem a garantia do acesso às vagas de forma igualitária. As distorções no acesso estão sendo abordadas por meio de políticas como as que estabeleceram um sistema de cotas para negros, latinos e adolescentes evadidos na rede pública de ensino, mas ainda são insuficientes para sanar o problema.

De acordo com Buarque (2003, p. 3), ainda que o contexto mundial tenha sofrido grandes transformações “em termos de informação, conhecimento e novas técnicas de comunicação e educação”, ao longo dos anos, poucas foram as mudanças estruturais nas universidades, o que evidencia “a necessidade de revolução no conceito de universidade”. Logo, explicita-se a necessidade de mudanças do modelo de formação oferecido pelas universidades para que as demandas existentes na sociedade contemporânea sejam correspondidas e também que o ensino superior esteja acessível a toda a população, o que, para tanto, requer conhecimento e reflexão sobre o assunto.

A importância que atualmente vem adquirindo o debate em torno da conquista ou da construção de uma universidade popular no Brasil e afirma-se que, de acordo com a concepção marxista de História, é possível indicar um ponto de partida fundamental para a abordagem dessa questão – uma universidade popular só poderá existir num futuro socialista. Segundo Marx, o Estado representa os interesses da burguesia e, como tal, não pode estar interessado em promover uma educação igual para todos. A luta pela universidade popular – e pela educação popular de uma maneira geral – deve fazer parte da luta pela substituição do regime capitalista pelo socialista. O grande problema consiste em definir como, a partir das condições atuais, de hoje, caminhar rumo ao socialismo (ROMÃO; LOSS, 2014).

O problema era, e continua sendo, como empreender, na prática, tal caminho sem se desviar para o reformismo, de acordo com o qual a solução revolucionária acaba sendo abandonada (BORÓN, 2010). Marx, Engels e Lenin nos ensinam que, sem a conquista do poder político pelas forças revolucionárias, não é possível derrotar a burguesia e construir uma sociedade socialista (MARX; ENGELS, 1976; LENIN, 1975).

Coloca-se, portanto, a questão sobre os possíveis caminhos a serem percorridos para criar condições propícias à realização de uma revolução socialista. Em outras palavras, trata-se de criar formas aproximadas ou transitórias que possibilitem esse caminho, ou seja, atingir objetivos parciais que não constituem fases de consolidação do sistema capitalista em novas formas, mas momentos de constante processo de acumulação.

Além das dificuldades que os estudantes tem para entrar numa universidade pública, durante muitos anos a oferta de educação superior ficou restrita à população das grandes cidades brasileiras, normalmente as capitais dos estados, pois o critério para essa instalação era o quantitativo populacional, dificultando o acesso de estudantes que moravam no interior e não podiam se deslocar para cursar esse nível de ensino.

De acordo com Sousa (2011), o multicampismo foi a estratégia utilizada pela Universidade Federal do Pará, para expandir suas ações acadêmicas para o interior do estado do Pará, sua região de atuação. Esta organização fez isto por meio de um arrojado projeto de interiorização.

Portanto, a década de 1980, caracterizou-se como um período em que as políticas públicas de expansão e interiorização da Educação Superior no Brasil assumiram novos contornos e particularidades (DOURADO, 2001).

A política de interiorização ganhou impulso a partir da Constituição de 1988, quando, em seu artigo 60, das Disposições Transitórias, estabeleceu o prazo de 10 anos, a partir da promulgação da Constituição Federal, para o poder público eliminar o analfabetismo e descentralizar o Ensino Superior. O parágrafo único do referido artigo trata da descentralização das funções universitária. “Ao mesmo tempo, as Universidades Públicas estão descentralizando suas atividades, para estender suas unidades de ensino superior às cidades para área de maior densidade populacional”. O artigo foi alterado oito anos depois da promulgação e antes do prazo estabelecido, sendo substituído pela emenda 14/96, em 12 de setembro de 1996.

De acordo com Coelho (2008), é importante destacar que a Universidade Federal do Pará havia descentralizado suas atividades para o interior muito antes da Constituição de 1988, marcando seu pioneirismo como Política Pública de Interiorização e tentativa de universalização do Ensino Superior.

O Projeto de Interiorização teve como ação efetiva a formação do educador de licenciatura plena, como objetivo, o desafio de qualificar o quadro docente no interior do Estado. A referida ação possibilitou a formação de milhares de licenciados no interior do Pará que, sem essa política, dificilmente teriam acesso a um curso de nível superior em uma universidade pública. O acesso ao Ensino Superior é também uma conquista dos Movimentos Sociais em função da demanda crescente por este nível de ensino, principalmente no interior da Amazônia (COELHO, 1998). Esse desejo coincidiu com novas reorientações do modelo desenvolvimentista de Estado.

A formação desenvolvida no projeto de interiorização da UFPA ocupou espaço porque a universidade ganhou credibilidade da população e passou a ser defendida como legado, um bom resultado para a comunidade local, assim como quando o campus de Cameté

estava à beira da extinção (Coelho, 2008).

Analisar as perspectivas da interiorização das universidades públicas na Amazônia Tocantina é extremamente necessário, uma vez que foi por meio desse importante processo que inúmeros sujeitos localizados nos municípios e nas proximidades puderam e podem ter acesso ao ensino superior. Hoje, com a expansão dessa possibilidade, muitos filhos e filhas de trabalhadores estão inseridos nessa dinâmica universitária, podendo, a partir da formação recebida, lutar por melhores condições de vida para si e para suas comunidades (SILVA, 2020).

Por meio do projeto de interiorização implantado em Oeiras do Pará, a credibilidade das IES, diante da sociedade civil amplia-se com o resultado alcançado, como um fator importante na gestão e desenvolvimento dos cursos de graduação oferecidos pelo município, pois o comportamento dos professores visa à formação de uma pessoa consciente, não apenas como crítico em relação às políticas educacionais tradicionais em que se formou, mas como produtor de pesquisa acadêmicas voltados para investigar e socializar problemas sociais decorrentes de problemas e danos ambientais na região.

Considerações Finais

O estudo investigou a difícil trajetória da maioria dos jovens, entre a “escola pública” de Ensino Médio e a “universidade pública”, as análises mostram a grande disparidade das vagas ofertadas nas Universidade Pública e a quantidades dos inscritos, as políticas governamentais e Institucionais buscam promover a ampliação da educação para que novas populações da classe geral possam ingressar nas universidades. No entanto, essa ampliação do acesso e a criação de vagas é apenas um aspecto do processo de democratização, ainda distante na realidade Brasileira.

Conclui-se que, para que essas ações sejam verdadeiramente efetivas, é necessárias medidas mais fortes, que promovam, além da ampliação do acesso, também a permanência desses jovens durante toda a realização do curso. Pois, como o estudo mostrou teve diminuição de número de discentes matriculados nos cursos do Polo de Oeiras do Pará.

Portanto, para essa pesquisa sobre a realidade desses jovens, fica explícita a necessidade da defesa da universidade pública e democrática e que a sociedade se mobilize em favor de recomposição dos orçamentos das universidades públicas e da ampliação das condições não apenas de acesso, mas também de permanência dos alunos.

Referências

ALMEIDA, Marcio; et al. **A universidade possível: experiências de gestão universitária**. São Paulo: Cultura – Editores Associados, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BORÓN, Atílio A. Estudio introductorio. In: Luxemburgo, Rosa. **Reforma social o revolución?** Buenos Aires: Luxemburg, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [1996a]. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [LDB]**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10/02/2022.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 06 de março de 2022.

BUARQUE, Cristovam. **Universidade numa encruzilhada.** Unesco; Brasil/Ministério da Educação, 2003.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. 8ª. Ed. **Saraiva**, São Paulo, **2013**. DEVORE, J. L. Probabilidade e estatística para engenharias e ciências.

CANAVEZ, L, L; DONADELI, Paulo Henrique Miotto. **A GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E A TUTELA DO DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.** II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. UNESP/Franca. 2016.

CAMARGO, Arlete; MEDEIROS, Luciene; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Jacob. **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): UM MODELO DE UNIVERSIDADE MULTICAMPI PARA A AMAZÔNIA.** In: Marília Costa Morosini. (Org.). A Universidade no Brasil: concepções e modelos. 2ª edição, Brasília-DF, INEP GT Política de Educação Superior/Anped 2011, p 143-154.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Nas Águas o Diploma: O Olhar dos Egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá-PA.** São Paulo, p.332, 2008.

COSTA, Maria Raimunda Santos. CONTEXTUALIZANDO EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 7, Nº 1, p. 250-276, Set/Dez 2017.

CUTINS-UFPA. **Polo de Oeiras do Pará.** Publicado: Sexta, 21 de Abril de 2017, 12h52. Disponível em: <https://www.campuscameta.ufpa.br/index.php/oeiras-do-para>. Acesso em março 2022.

DOURADO, L. F. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público.** Goiânia: Editora da UFG, 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. 2ª ed. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. **Civilização Brasileira**, 2001. LENIN, V. I. “El Estado y la revolucion”. In: Lenin, V. I. Obras escogidas en tres tomos. Volume 2. Moscú: Editorial Progreso, 1975.

GUERRA, Eliane Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Grupo Ânima Educação, Belo Horizonte, 2014.

KUNZ, Ivanir. **Modalidades distintas na relação universidade/empresas e suas características específicas no Brasil**. In: 1º Concurso de monografia sobre a relação universidade empresa. Curitiba: IPARDES, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARX, C., ENGELS, F. **Obras escogidas en tres tomos**. Moscú: Editorial Progreso, 1976.

ROMÃO, J. E., LOSS, A. S. **A Universidade Popular no Brasil**. Foro de Educación, 12(16), pp. 141-168. (2014).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Ver. **Bras. Educa.**, Rio de Janeiro, v. 12, n.34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S141324782007000100012&lng=pt&nrm=iso.

SEVERINO.A.J. Educação e Universidade: Conhecimento e construção da cidadania. **Comunic. Saúde, Educ**, v6, n10, p. 117-24, fev 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, B,C,S. **Universidade, formação e trabalho : implicações do isolamento social na rotina dos (as) estudantes do curso de pedagogia**. Organizador João Batista do Carmo Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.

SILVA, A. G. PESSANHA, J. S. COSTA, M. B. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: o caso da UFRJ. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n.9, p.220-244, jul./dez. 2018.

SOUZA, M. P. **Sarmento de Expansão da educação superior no Pará: programas EXPANDIR e REUNI e a composição dos quadros docentes dos campi da UFPA – 2001 - 2010** / Maria Páscoa Sarmento de Sousa; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2011.

UFPA. (2003) **Plano de Desenvolvimento**. 2001-2010. Belém, Pa: EDUFPA.

UFPA. (2005). **Relatório da Gestão 2001-2005**. Belém: Pa : Editora da UFPA.

UFPA. **Processo Seletivo Simplificado de 2021**. Disponível em: <https://www.PORTAL.UFPA.BR>. Acesso em março. 2022.

UFPA. **Processo Seletivo Simplificado de 2022**. Disponível em: <https://www.PORTAL.UFPA.BR>. Acesso em março. 2022.

UEPA – **Universidade Estadual do Pará. Processo Seletivo 2021 – PROSEL 2021**. Disponível em: <https://www2.uepa.br/prosel/?p=1582>. Acesso em março 2022.

UEPA – **Universidade Estadual do Pará. Processo Seletivo 2022 – PROSEL 2022**. Disponível em: <https://www2.uepa.br/prosel/?p=1582>. Acesso em março 2022.

UFOPA – **Universidade Federal do Oeste do Pará. Processos Seletivos de 2021**. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/psr2021/public/pdf/edital-psr-2021>. Acesso em março. 2022.

UNIFESSPA – **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Processo Seletivo Especial 2021/2022 (PSE-2021/2022)**. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/categoria-de-editais/processos-seletivos>. Acesso em março. 2022.

MOYSÉS, M. A. A.; GERALDI, J. W.; COLLARES, C. A. L. As aventuras do conhecer: da transmissão à interlocução. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr./2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200007>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Recebido em 16 de outubro de 2022

Aceito em 21 de abril de 2023